

CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE MANAUS

Frida Souza Frota¹
Alcione Deodato de Souza²
Janismar Gomes Lacerda³
Ângela Tereza Castanheiro Amorim Franco⁴

INTRODUÇÃO

Entender que o conselho escolar promove a participação de seus membros nas decisões que podem impactar diretamente no cotidiano escolar é de fundamental importância para uma gestão democrática e participativa. Esse compromisso do Estado com a promoção de uma educação diversa, democrática e orientada para formação cidadão está presente na Constituição Federal, de 1988, Artigo 206.

Nesse contexto, o trabalho aborda os desafios e estratégias do conselho escolar para uma gestão democrática e participativa no Centro Integrado Municipal de Ensino/CIME Doutora Viviane Estrela Marques Rodella, Manaus-AM, no ano de 2023. A pesquisa é de natureza qualitativa, cujo objetivo é analisar os desafios e as estratégias do conselho escolar para a efetivação de uma gestão democrática e participativa. Quanto à fundamentação teórica, destacam-se autores como Libâneo (2001, 2007, 2008), Paro (2004) e Luck (2012) que discutem a participação democrática dos sujeitos nos processos decisórios da escola. Para coleta de dados, utilizou-se o levantamento bibliográfico e documental e entrevista compreensiva. Quanto ao tratamento dos dados, aplicou-se a técnica de análise de entrevista compreensiva e do discurso, com descrição e interpretação das informações com vista ao entendimento do contexto e das dinâmicas educacionais envolvidas.

O estudo é de grande relevância, visto que o conselho escolar é responsável por promover a participação ativa de diversos segmentos da comunidade escolar, incluindo professores, pais, estudantes e gestores, nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras da instituição. No caso específico do CIME Viviane Estrela, o Conselho

¹Mestre do Curso de Ciências em Educação da Universidad de La Integración de Las Américas-UNIDA, frida.souza@semed.manaus.am.gov.br;

²Mestre do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – UEA, alcione.souza@semed.manaus.am.gov.br

³Mestre do Curso de Ciências em Educação da Universidad de La Integración de Las Américas-UNIDA, janismar.lacerda@semed.manaus.am.gov.br;

⁴Doutora pelo Curso de Ciências da Educação da Universidade San Lorenzo–UNISAL, angela.franco@semed.manaus.am.gov.br

destacou-se por superar a resistência e falta de conhecimento sobre o papel e a importância da participação de todos no processo educativo. Porém, com sensibilização e formação da comunidade, a partir de espaço de diálogo, foi possível a criação desse órgão que possibilitou a integração da escola e comunidade.

A seção a seguir trata da abordagem metodologia usada para nas etapas da pesquisa.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa qualitativa, que busca compreender fenômenos e processos sociais por meio de significados, percepções e experiências. Segundo Flick (2013, p. 23), “[...] visa à captação do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes”. A opção por esse método se deu por permitir o entendimento do contexto escolar e das dinâmicas educacionais envolvidas no processo de gestão democrática e participativa, como o conselho escolar.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, utilizou-se primeiramente o levantamento bibliográfico que serviu de base para fundamentação teórica do trabalho. Para tanto, foram consultados livros, artigos científicos e outras produções acadêmicas relacionadas à gestão democrática e ao conselho escolar.

A seguir, procedeu-se ao levantamento documental. Essa modalidade de investigação utiliza dados originais e materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou podem receber outras interpretações de acordo com o objetivo da pesquisa (FLICK, 2013). Neste caso, foram analisados manuais, relatórios e atas sobre conselho escolar, registros escolares etc. Ressalta-se que a Semed Manaus e o Cime Viviane Estrela disponibilizaram tais documentos exclusivamente para fins deste trabalho.

Por fim, utilizou-se a entrevista compreensiva que se caracteriza por captar a subjetividade, as percepções, significados e experiências dos sujeitos, proporcionando uma compreensão mais ampla e detalhada do contexto estudado (KAUFMANN, 2013).

Em relação ao objeto de estudo, o Centro Integrado Municipal de Educação está localizado no bairro Lago Azul, área periférica de Manaus. O CIME abarca desde a educação infantil até o ensino fundamental, com disponibilidade para atender cerca de 1.500 estudantes. Quanto à seleção dos sujeitos, deu-se a partir da identificação de seis membros que compõem a estrutura do conselho escolar, sendo presidente (gestor

escolar), vice-presidente (bibliotecária), secretária (professora), tesoureira (administrativo), comissão fiscal (uma pedagoga e uma mãe de aluno).

O trabalho teve anuência concedida pela Semed/Manaus e pela equipe do conselho escolar do CIME Viviane Estrela. Para manter o sigilo das informações colhidas, elegeram-se categorias de identificação desses sujeitos em: Conselheiros – (CONS.1), (CONS.2), (CONS.3), (CONS.4), (CONS.5), (CONS.6). As entrevistas gravadas em áudio e transcritas, integralmente, em forma de texto para melhor compreensão.

A seguir, discuti-se os principais conceitos utilizados no trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão democrática e participativa é essencial para garantir maior transparência, inclusão e eficiência nas ações educacionais, fortalecendo a qualidade do ensino e a integração entre escola e comunidade. Esse modelo de gestão, previsto na Constituição Federal, de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), permite que diferentes atores, como gestores, professores, estudantes, pais e comunidade local participem das decisões pedagógicas e administrativas da instituição de ensino.

Nesse contexto, o conselho escolar emerge como uma das principais ferramentas para concretizar essa participação coletiva. Segundo Libâneo (2004), a participação ativa da comunidade escolar deve ser fundamental nos processos decisórios da gestão da escola, tanto na questão administrativa, quanto na prática pedagógica e política, para a construção de um espaço de participação e cidadania.

A consolidação do conselho escolar demanda que a gestão seja capaz de descentralizar poder e fomentar a participação efetiva dos atores da comunidade nas decisões administrativas, pedagógicas e financeiras. Assim, a gestão participativa se configura com o “[...] principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar” (LIBÂNEO, 2004, p. 102).

Conforme Manual do Conselho Escolar (Manaus, 2015) as funções desse órgão colegiado são: Função deliberativa propõe ações que garantam a elaboração e o cumprimento de normas e orientações relacionados ao funcionamento da escola e de outros assuntos nos aspectos pedagógico, administrativo e financeiro. Função Consultiva, aquela que assegura que as decisões não sejam unilaterais. Função fiscal

ocorre quando o conselho escolar atua como um mecanismo de transparência, permitindo que as decisões e ações da gestão escolar sejam discutidas e avaliadas publicamente. Por fim, a função mobilizadora que promove a participação integrada de todos os segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo para efetivação da democracia participativa.

Sob este prisma, a participação coletiva fortalece o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade. Para Luck (2012, p.17) “(...) o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico.”

Ademais, para funcionar, o conselho escolar precisa de uma cultura de cooperação e de líderes que saibam estimular o diálogo e a participação crítica. Paro (2016) explica que o caminho para a construção da gestão democrática exige contínuas reflexões sobre seus desafios e potencialidades. Desta forma, seção seguinte trata das estratégias e dos desafios da gestão escolar democrática e participativa no CIME Viviane Estrela, a partir da reflexão dos membros do conselho escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados analisados, verificou-se que no CIME Viviane Estrela o Conselho Escolar é reconhecido como um órgão colegiado de decisões relativas à escola, que são respeitadas e adotadas pela comunidade escolar e seus representantes, conforme relatos seguintes:

uma das ações é a participação do conselho escolar na gestão democrática do CIME. Este, coloca em pauta das reuniões, as necessidades da escola – compra de materiais, manutenção –, elaborando um plano de ação para a execução. ^(CONS.2)

Na gestão da democracia, o gestor escuta a todos. A exemplo disso, quando há um problema na escola, ele reúne a comunidade escolar para que todos opinem sobre o tema em questão ^(CONS.1)

Nos relatos, foi possível verificar o incentivo na tomada de decisões e no engajamento quanto os objetivos comuns e os interesses da comunidade escolar. Isto é, quando a comunidade escolar tem voz ativa, as decisões refletem as demandas reais da escola e promovem maior engajamento de todos os envolvidos. Segundo Luck (2012), a gestão democrática está ligada à participação e ao envolvimento de todos nos processos

que envolvem a escola, isso ajuda no desenvolvimento da autonomia e na tomada de decisões sobre questões importantes no trabalho educativo.

Quando perguntado sobre os desafios que o conselho escolar enfrenta, destacou-se que a falta de informação adequada acaba distanciando a comunidade escolar de uma participação mais ativa nos processos decisórios, conforme afirmação da conselheira:

a escola tem que ser democrática do porteiro à merendeira. Todos têm de saber e estar conscientes da democratização escolar extramuros. Assim, precisa-se politizar a comunidade local sobre o seu direito à participação na escola democrática. (CONS.1)

Nesse cenário, o conselho tem o compromisso de promover espaços de escuta no qual os segmentos possam expressar claramente seus interesses, crenças e demandas. Muitos pais e estudantes não compreendem a importância de se engajarem nesse espaço, o que pode limitar a efetividade das discussões. Neste sentido,

Explicou-se o trabalho e a função de cada membro, conscientizando a importância do conselho dentro da escola. Este trabalho é, de uma maneira geral, com os professores, com a comunidade e com os alunos, na busca da eficácia e eficiência da escola (CONS. 2)

Outra estratégia usada foi a implantação do grêmio estudantil enquanto espaço de convivência democrática na promoção do diálogo entre estudantes e gestão escolar, colaborando para construção de uma escola mais inclusiva e alinhada às demandas dos alunos. Como exemplificado na fala seguinte:

a inclusão do grêmio escolar é uma das ações positivas do conselho escolar na gestão democrática para que ele participe das reuniões feitas bimestralmente. O papel desse grêmio é o monitoramento do comportamento do aluno na comunidade escolar e; o conhecimento do planejamento escolar com vista à contribuição no aprendizado (CONS.2)

Para Libâneo (2004) a participação ativa da comunidade escolar e local nas decisões e operações da escola é importante numa gestão democrática, pois não só contribui para o aprendizado dos estudantes quanto para a dinamização das relações com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre conselho escolar realizado no CIME Viviane Estrema levou a identificar como se deram os processos de gestão democrática e participativa nessa

instituição de ensino. A integração dos membros possibilitou o desenvolvimento de uma relação de confiança entre comunidade escolar e local que conseguiu conciliar os interesses dos diferentes segmentos da escola, tanto administrativos quanto pedagógicos.

A dinamização das relações com os diversos segmentos proporcionou a compreensão clara dos objetivos, das metas e da estrutura da escola, que culminou na implementação do grêmio estudantil. Por fim, comprovou-se que a o envolvimento ativo dos diferentes atores nas decisões e operações da escola contribuiu para uma gestão democrática, transparente e participativa, promovendo um ambiente educacional mais justo e eficaz.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Conselho Escolar, Participação Cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 10 mar.. 2024.

FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

KAUFMANN, Jean-Claude. A Entrevista Compreensiva: Um Guia para a Pesquisa de Campo. São Paulo: Vozes, 2013

LIBÂNEO, José Carlos. A organização e a gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007.

LUCK, H. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 10. ed. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LUCK, H. Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. 9. Ed. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 2013.

MANAUS. Manual do Conselho escolar. 2015. Manaus: DAGE-Semed, 2015

MANAUS. Decreto nº 9.669, de 11 de julho de 2008, cria o Conselho Escolar nas unidades da Rede Municipal de Ensino. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2008/julho/dom20082001cad1.pdf/view>. Acesso em: 21 mar